



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021
(Do Sr. Lincoln Portela)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) nas carreiras do serviço público.

Na oportunidade, solicito que sejam convidados os seguintes representantes das entidades destacadas abaixo:

1. Luiz Vecchi - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (FENAGUARDAS);
2. Rejane Soldani Sobreiro - Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal de Curitiba (SIGMUC);
3. Elza Paulina de Souza - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo;
4. Decio Bruno Lopes - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP);
5. Lademir Rocha - Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE)
6. Rivana Ricarte - Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP);





7. Luciana Grando Bregolin Dytz - Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP);
8. Marcelo Mello - Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE);
9. Celso Malhani - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO);
10. Pedro Pontual - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP).

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo realizar a Reforma Administrativa, e para tal finalidade, propõe a alteração de dispositivos sobre servidores e empregados públicos e a modificação da organização da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É notório o estado crítico que o país enfrenta atualmente em razão da pandemia, ademais, é de suma importância a adoção de medidas neste momento para tentar evitar o máximo de consequências negativas futuramente para a economia brasileira, o que norteia a finalidade da PEC em comento.

Todavia, a referida proposta gera uma série de impactos a diversas categorias de servidores públicos, o que justifica a real necessidade da realização de audiência pública no âmbito desta Comissão.

Importante salientar que é papel primordial deste parlamento ouvir, debater e analisar ponto a ponto cada proposta que aqui tramita, com o intuito de buscar as melhores soluções possíveis à sociedade.

Dessa forma, tendo em vista tratar-se de assunto de grande relevância nacional e com o fito de garantir o debate democrático com a sociedade brasileira,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Lincoln Portela**

encaminho o presente requerimento e solicito o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, de de 2021.

Deputado Federal **Lincoln Portela**
PL/MG

Apresentação: 19/03/2021 22:21 - CCJC

REQ n.44/2021

Documento eletrônico assinado por Lincoln Portela (PL/MG), através do ponto SDR_56243, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

